



Política de Privacidade do Haitong Bank, S.A.

**Aprovada em Comissão Executiva
a 21 de janeiro de 2020**

1. Objetivo

A 25 de maio de 2018, entrou em vigor na União Europeia o Regulamento (EU) 2016/679 (Regulamento Geral de Proteção de Dados, o “Regulamento” ou “RGPD”), que estabelece novas obrigações aplicáveis às Instituições Financeiras quanto ao tratamento de Dados Pessoais. O Regulamento oferece aos indivíduos uma noção mais transparente de como e porque é que os seus Dados Pessoais são tratados, o que fortalece os direitos dos indivíduos e restringe a utilização dos seus dados.

2. Âmbito

O conceito de “**Dados Pessoais**” inclui qualquer informação, de qualquer natureza, independentemente do seu formato, que pode incluir som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. Qualquer pessoa que possa ser direta ou indiretamente identificada, nomeadamente através de referências a um número identificativo ou a um ou mais elementos específicos sobre a sua identidade física, psicológica, económica ou cultural, deverá ser considerada uma pessoa identificável.

Esta Política inclui a informação e as regras a seguir no tratamento de Dados Pessoais de:

- Clientes, ou seja, pessoas físicas, pessoas jurídicas ou organizações não corporativas:
 - i) a quem o Banco presta serviços no âmbito de suas operações (“Produtos”) ou que prestam serviços ao Banco;
 - ii) com quem o Banco conduz negociações, discussões ou em relação às quais o Banco realiza quaisquer outras ações destinadas a estabelecer cooperação em relação aos serviços prestados pelo Banco ou pela entidade; ou
 - iii) em relação aos quais o Banco adote ações legais ou factuais relacionadas com a prestação ou intenção de prestar serviços às pessoas ou organizações indicadas nas alíneas (i) e (ii), ou com a intenção, respetivamente, de realizar, concluir e executar transações, empreendimentos, contratos ou serviços.
- Partes Relacionadas, ou seja, pessoas físicas relacionadas com o Cliente, incluindo, em particular, funcionários, colegas de trabalho, procuradores, representantes estatutários, membros de órgãos de administração ou fiscalização de pessoas jurídicas ou unidades organizacionais sem personalidade jurídica, parceiros e acionistas de empresas (se forem pessoas físicas), cujos dados pessoais são processados pelo Banco no âmbito das atividades realizadas em relação aos Clientes;
- Fornecedores de serviços;
- Colaboradores do Banco; e
- Quaisquer outros terceiros que estabeleçam uma relação com o Banco.

Todos os itens acima podem ser definidos como “**Titulares dos dados**”.

Esta Política é aplicável ao Haitong Bank, S.A. (o “Banco”, com sede em Lisboa, na R. Alexandre Herculano 38, 1269-180 Lisboa, Portugal, número de registo comercial em Lisboa, 501385932) e a todas as suas sucursais quando estas sejam responsáveis pelo tratamento dos Dados Pessoais.

Para qualquer dúvida relacionada ao processamento de Dados Pessoais, o Titular dos Dados deve entrar em contacto diretamente com o Encarregado da Proteção de Dados (EPD – *Data Protection Officer*, DPO), conforme indicado no site do Banco (www.haitongib.com), usando:

- o endereço de e-mail do EPD: dpo@haitongib.com; ou
- o endereço postal do EPD: R. Alexandre Herculano 38, 1269-180 Lisboa, Portugal.

3. Processamento de Dados Pessoais

Os Dados Pessoais são recolhidos e tratados em total conformidade com o RGPD e são armazenados em bases de dados especificamente criadas para esse fim. Em circunstância alguma serão os dados recolhidos utilizados para qualquer outro propósito que não o mesmo pelo qual foram recolhidos ou o consentido, sem prejuízo do tratamento exigível ou necessário para o cumprimento de quaisquer leis e regulamentos aplicáveis ao Banco ou ao titular dos dados.

3.1 Recolha de Dados Pessoais

Os Dados Pessoais podem ser recolhidos através de várias fontes:

- (i) Quando são fornecidos por contacto direto, via email, telefone ou outro meio de comunicação;
- (ii) No decurso normal da relação entre o Banco e os Titulares dos dados;
- (iii) Quando a recolha de Dados Pessoais é feita de forma pública, o que inclui informações publicadas em redes sociais;
- (iv) Quando o Banco e os Titulares dos dados estão sujeitos a qualquer lei ou regulamento aplicáveis que obriguem a que se proceda à recolha de Dados Pessoais;
- (v) Quando os dados pessoais são recebidos por terceiros devidamente autorizados (colaboradores, contrapartes, agências de notação de crédito, agentes de autoridade);
- (vi) Quando os Titulares dos dados visitam qualquer site do Banco ou utilizam quaisquer funcionalidades ou recursos disponíveis através do site, uma vez que certas informações são recolhidas automaticamente, nos termos e condições definidos nesta Política.

3.2 Criação de Dados Pessoais

Quando inicia uma relação comercial ou de outro tipo, o Banco recolhe e processa Dados Pessoais dos Titulares dos dados, mantendo um registo das suas interações de acordo com os requisitos legais e regulamentares inerentes à sua atividade, que pode incluir registos de chamadas telefónicas, por exemplo. O Banco poderá ainda tratar Dados Pessoais para fins específicos se o Titular dos dados o consentir expressamente.

3.3 Dados Pessoais recolhidos pelo Banco

As categorias de Dados Pessoais que o Banco processa à luz das leis e regulamentos aplicáveis são, entre outras, as seguintes:

- (a) Dados Pessoais, tais como: nomes; alcunhas; género; data de nascimento / idade; estado civil; número de Segurança Social; número do passaporte; outros números de identificação emitidos por autoridades governamentais (número de identificação fiscal, número de vistos, ou número da carta de condução); nacionalidade; imagens dos passaportes, assinaturas; palavras-chave de autenticação (passwords, perguntas e respostas, PINs); fotografias e imagens;
- (b) Detalhes sobre a família, como nomes e detalhes de contacto de membros da família e dependentes;
- (c) Detalhes de contacto: morada, número de telefone; endereço de email e detalhes de perfis de redes sociais;
- (d) Detalhes profissionais: indústria, cargo, atividades de negócio, nomes de atuais e antigos empregadores, morada de trabalho, número de telefone de trabalho, endereço de email e perfis de redes sociais ligados ao trabalho;
- (e) Perfil de Formação que inclua detalhes da sua educação e qualificações;
- (f) Detalhes financeiros: morada fiscal, números de conta bancária, números de cartão de crédito, nome do titular do cartão ou da conta e seus detalhes, registo de ordens, detalhes de transação, detalhes do perfil de investidor e detalhes de contrapartes; e
- (g) Dados de Identificação eletrónica registados automaticamente tais como endereços IP, *cookies* e identificadores eletrónicos.

4. Categorias de Dados Pessoais processados e as fontes de procedência

4.1 Dados de utilização

Desde que obtido consentimento expresso, o Banco pode tratar dados sobre a utilização que os Titulares dos dados fazem do site e serviços do Banco (“dados de utilização”). Estes dados de utilização poderão incluir as seguintes informações sobre os Titulares dos dados: endereço IP, localização geográfica, tipo de *browser* e versão, sistema operativo, origem de referência, duração da visita, visualizações de página, padrões de navegação no site e informação sobre o horário, frequência e padrão da sua utilização do serviço. Estes dados de utilização podem ser tratados para analisar a utilização do site e serviços. O fundamento para este tratamento é o consentimento dos Titulares dos dados.

4.2 Dados de conta

O Banco pode tratar os dados de conta do Cliente (“dados de conta”). Os dados de conta podem incluir o nome do Cliente e o endereço de email, bem como todas as informações pessoais pedidas durante o processo de admissão do Cliente. Os dados de conta podem ser tratados para estabelecer uma relação comercial, prestar serviços, garantir a segurança do site e serviços, manter backups das bases de dados

do Banco, comunicar com o Cliente e cumprir com as leis e regulamentos aplicáveis. O fundamento para este tratamento pode ser (i) o consentimento do Cliente ou (ii) o cumprimento de obrigações legais.

4.3 Dados de serviço

O Banco pode tratar os Dados Pessoais dos Titulares dos dados que sejam fornecidos no decurso da utilização dos serviços do Banco (“dados de serviço”). Os dados de serviço podem incluir o nome, morada, número de telefone, endereço de email, fotografias, género, data de nascimento, estado civil, interesses e hobbies, detalhes de educação e formação e detalhes de emprego. Estes dados de serviço podem ser tratados para estabelecer relações comerciais, fornecer serviços, garantir a segurança do site e serviços, manter backups das bases de dados do Banco e comunicar com o Titular dos dados. O fundamento para este tratamento é (i) o consentimento do Titular dos dados, (ii) a execução de um contrato ou (iii) obrigações legais.

4.4 Dados de transação

O Banco pode tratar informação relativa a transações, incluindo compras de bens e serviços (“dados de transação”). Os dados de transação podem incluir os detalhes de contacto do Titular dos dados, bem como os detalhes da transação em si, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos legais impostos pela lei aplicável. Os dados de transação podem ser tratados para a aquisição de bens e serviços e para que se registem devidamente essas transações. O fundamento para este tratamento pode ser (i) o consentimento do Titular dos dados; ou (ii) o cumprimento de obrigações legais.

4.5 Dados de notificação

O Banco pode tratar informação fornecida para a subscrição de newsletters e/ou notificações de email (“dados de notificação”). Os dados de notificação podem ser tratados com o objetivo de enviar notificações relevantes e/ou newsletters. O fundamento para este tratamento é (i) o consentimento do Titular dos dados ou (ii) a celebração de um contrato.

4.6 Dados de correspondência

O Banco pode tratar informação contida ou relacionada com qualquer comunicação enviada pelo Titular dos dados (“dados de correspondência”). Os dados de correspondência podem incluir o conteúdo das comunicações ou dados associados a essa comunicação. Os dados de correspondência podem ser tratados para comunicar com o Titular dos dados e para a manutenção de registos de acordo com as leis aplicáveis. O fundamento para este tratamento é o cumprimento de obrigações legais.

5. Fundamento do Tratamento de Dados Pessoais

O fundamento do tratamento de Dados Pessoais efetuado pelo Banco está relacionado com: (i) cumprimento de obrigações legais; ou (ii) quaisquer contratos que o Titular dos dados possa efetuar com o Banco e quaisquer atos relacionados com esses contratos. Para cumprir com estes objetivos e partindo do pressuposto que se obteve o devido consentimento quando necessário, o Banco pode tratar os Dados Pessoais do Titular dos dados no contexto das situações abaixo listadas.

- (a) Admissão do Cliente:
-

Existem obrigações legais e regulamentares, bem como procedimentos e políticas internas, que exigem que o Banco proceda ao tratamento de Dados Pessoais quando lida com a admissão de clientes.

(b) AML (Branqueamento de Capitais) / KYC:

O Banco cumprirá com as obrigações legais e regulamentares – incluindo verificações no âmbito de procedimentos *Know Your Client* (“KYC”) –, tendo de confirmar e verificar a identidade do cliente, comparar a base de dados de clientes com listas do Governo, de órgãos supranacionais e de agências de autoridade, bem como outras restrições legais.

(c) Due Diligence financeira:

O Banco pode proceder ao tratamento dos Dados Pessoais de clientes no contexto de ações de *due diligence* financeira.

(d) Serviços e Produtos:

O Banco pode usar Dados Pessoais para comunicar com clientes e/ou contrapartes, nomeadamente para o fornecimento de produtos e serviços. Assim, o Banco pode fazer uma gestão das relações comerciais e serviços relacionados, podendo também levar a cabo os atos necessários para a prestação e fornecimento dos bens e serviços requeridos.

(e) Marketing:

O Banco pode usar Dados Pessoais para comunicar com Titulares dos dados através de qualquer meio, incluindo email, telefone, mensagens de telemóvel ou redes sociais, garantindo que essas comunicações com o Titular dos dados são feitas em conformidade com a lei aplicável.

(f) Operações de IT:

O Banco poderá tratar Dados Pessoais com o objetivo de garantir e manter a segurança dos sistemas informáticos – nomeadamente o de segurança de operações e auditorias – através dos quais é feita a gestão dos sistemas de comunicação do Banco.

(g) Saúde e Segurança

A avaliação de saúde e segurança e o seu respetivo registo são feitos em conformidade com as obrigações legais aplicáveis, a fim de garantir condições de saúde e segurança nas instalações do Banco.

(h) Gestão Financeira:

Os dados relativos a vendas, finanças, auditoria corporativa e gestão de fornecedores são tratados para que o Banco possa manter o bom funcionamento das questões financeiras dos Titulares dos dados.

(i) Research:

Efetuar estudos de mercado ou de satisfação de cliente, bem como interagir com o cliente e/ou contraparte a fim de obter as suas opiniões e pontos de vista em relação aos serviços e produtos do Banco.

(j) Segurança:

Segurança física nas instalações do Banco, incluindo o registo de visitas e gravações de videovigilância, bem como de segurança eletrónica, que poderá incluir registos de login e detalhes de acesso quando os sistemas eletrónicos do Banco são utilizados.

(k) Investigação:

Detetar, investigar e prevenir delitos e infrações desta Política, conforme a lei aplicável.

(l) Compliance e procedimentos:

Cumprir com as obrigações regulamentares e legais em conformidade com as leis em vigor e o exercício de direitos.

(m) Gestão de Risco:

Efetuar controlos de *Compliance* e de Auditoria, bem como para outros propósitos de gestão de risco.

(n) Prevenção de Fraudes:

Detetar, prevenir e investigar situações potencialmente fraudulentas.

(o) Recursos Humanos:

Cumprir com as obrigações legais relativas à gestão dos recursos humanos.

6. Disponibilização de Dados Pessoais a terceiros

O Banco pode divulgar os Dados Pessoais dos Titulares dos dados a qualquer membro do seu grupo de empresas (incluindo sucursais e, apenas sujeito ao devido consentimento prévio dos Titulares de dados, à empresa-mãe e todas as suas subsidiárias) desde que tal seja razoavelmente necessário e nos termos da legislação aplicável e desta Política.

O Banco pode divulgar os Dados Pessoais dos Titulares dos dados a seguradoras e/ou consultores profissionais desde que tal seja razoavelmente necessário para obter ou fazer a manutenção de coberturas de seguro, gerir riscos, obter conselhos profissionais, ou estabelecer, exercer ou defender ações judiciais, sejam elas processos judiciais ou um procedimento administrativo ou extrajudicial.

As transações relacionadas com as atividades do Banco são geridas pelas entidades prestadoras de serviços de pagamentos. Sem prejuízo das leis e regulamentos aplicáveis aos serviços de pagamentos que podem, esporadicamente, requerer que o Banco divulgue Dados Pessoais a um terceiro devidamente autorizado, o Banco partilhará os dados de transação com os fornecedores de serviços de pagamento.

Apenas serão partilhados os dados estritamente necessários para que se processem os pagamentos, se faça a devolução de pagamentos e para a gestão de reclamações e questões relacionadas com pagamentos e reembolsos.

7. Transferência Internacional de Dados Pessoais

Devido à natureza internacional das atividades do Banco, poderá ser necessário transferir os Dados Pessoais de Titulares dos dados dentro do Grupo Haitong e a terceiros.

Sendo possível a subcontratação de entidades em países estrangeiros, a Comissão Europeia elaborou um “teste de adequação” sobre leis de proteção de dados para cada um desses países. As transferências de dados para esses países estarão protegidas por garantias adequadas, nomeadamente a utilização das cláusulas padrão de proteção de dados adotadas ou aprovadas pela Comissão Europeia.

8. Segurança de Dados

O Banco implementou medidas técnicas e organizacionais de segurança tendo em vista a proteção dos Dados Pessoais dos Titulares dos dados contra a destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso não autorizado, quer accidental quer ilícito, bem como quaisquer formas de tratamento ilícitas ou acidentais desses Dados, de acordo com a legislação aplicável.

Os Titulares dos dados são responsáveis por garantir que os Dados Pessoais são enviados ao Banco de forma segura.

9. Minimização e Rigor de Dados

O Banco deverá fazer o necessário para garantir que os Dados Pessoais dos Titulares dos dados são tratados de forma correta e que são atualizados quando necessário. Caso os Dados Pessoais dos Titulares dos dados não estejam corretos (no âmbito dos fins para os quais estejam a ser tratados), o Banco deverá prontamente eliminá-los ou retificá-los.

Periodicamente, e de acordo com os requisitos regulamentares e legais, o Banco poderá pedir ao Titular dos dados que confirme a precisão dos seus Dados Pessoais.

O Banco implementa as medidas necessárias para garantir que o tratamento dos Dados Pessoais dos Titulares dos dados é feito dentro dos limites razoáveis relacionados com os objetivos definidos nesta Política.

10. Conservação de Dados

Sem prejuízo das leis e regulamentos aplicáveis que possam impor diferentes períodos de retenção, o Banco toma as medidas necessárias para que os Dados Pessoais dos Titulares dos dados sejam tratados durante o mínimo período de tempo necessário para cumprir os objetivos definidos nesta Política. Para a

majoria dos casos, o período mínimo de retenção corresponde o período legal de prescrição. Os critérios para determinar a duração de conservação dos Dados Pessoais dos Titulares dos dados são os seguintes:

- (1) O Banco retém cópias dos Dados Pessoais dos Titulares dos dados enquanto: o Banco mantiver a sua relação comercial (por exemplo, enquanto os Titulares dos dados receberem serviços do Banco ou enquanto os Titulares dos dados estiverem devidamente incluídos em listas de email que não cancelaram); ou os Dados Pessoais sejam necessários para prosseguir os objetivos definidos nesta Política ou em qualquer regulamento ou lei aplicáveis (por exemplo, quando existam Dados Pessoais no contrato celebrado entre o Banco e o empregador do Titular dos dados e esses dados sejam necessários para o cumprimento das obrigações decorrentes desse mesmo contrato, ou quando o Banco esteja legalmente obrigado a reter os Dados Pessoais dos Titulares dos dados);
- (2) Finda a relação comercial entre o Banco os Titulares dos dados, o Banco deverá reter os Dados Pessoais necessários para cumprir com os objetivos definidos nas leis e regulamentos em vigor. Mais ainda, o Banco poderá também reter, durante o período definido nos termos da lei e por sua iniciativa, com base no método de abordagem ao risco, os Dados Pessoais e outros elementos referentes à anterior relação comercial com o antigo Titular dos dados para quaisquer reivindicações ou procedimentos legais ou regulamentares dirigidos ao Banco, ou que o Banco possa efetuar a antigos Titulares dos dados ou quaisquer terceiros; e
- (3) Adicionalmente, caso surjam quaisquer reivindicações ou procedimentos legais ou regulamentares relevantes, o Banco poderá continuar a tratar os Dados Pessoais dos Titulares dos dados durante o tempo adicional necessário para a conclusão desses procedimentos.

Durante os períodos de tempo acima mencionados, o Banco restringe o Processamento de Dados Pessoais dos Titulares dos dados, garantindo o armazenamento em segurança desses dados, exceto nos casos em que os dados careçam de revisão ou avaliação devido a quaisquer reivindicações, procedimentos legais ou regulamentares ou qualquer outra obrigação ao abrigo dos regulamentos e leis aplicáveis.

Quando os objetivos de retenção de dados acima mencionados nos casos (1) e (3) deixarem de se verificar, o Banco deve:

- (1) Eliminar ou destruir permanentemente os Dados Pessoais relevantes;
- (2) Arquivar os Dados Pessoais do Titular dos dados para que não possam ser usados; ou
- (3) Tornar os Dados Pessoais relevantes anónimos.

11. Direitos legais de Titulares dos dados

De acordo com os regulamentos e leis aplicáveis, o Titular dos dados tem vários direitos relativamente ao tratamento de Dados Pessoais, incluindo:

(a) **direito a aceder;**

O Titular dos dados tem o direito de confirmar se o Banco pode ou não tratar os seus Dados Pessoais e, quando o Banco os processa, tem direito a aceder aos Dados Pessoais e a algumas informações adicionais. Essas informações adicionais incluem detalhes sobre os objetivos do tratamento, as categorias dos Dados Pessoais e os recetores de Dados Pessoais, bem como os indivíduos que têm, ou podem ter, acesso a esses Dados Pessoais. Desde que os direitos de terceiros não sejam afetados, o Banco pode fornecer uma cópia dos Dados Pessoais dos Titulares dos dados no caso de estes o solicitarem.

(b) **direito a retificar;**

O Titular dos dados tem o direito de corrigir os seus Dados Pessoais que estejam incorretos e, tendo em conta os propósitos do tratamento, completar os Dados Pessoais que estiverem em falta.

(c) **direito a apagar;**

Não obstante as exceções abaixo descritas, o Titular dos dados tem o direito de obter do Banco o apagamento dos seus Dados Pessoais sem demora injustificada. Essas circunstâncias incluem, mas não estão limitadas, às seguintes:

- i) os Dados Pessoais já não são necessários no âmbito dos objetivos pelos quais foram recolhidos e posteriormente tratados;
- ii) o Titular dos dados retira o seu consentimento dado para um tratamento que previamente tinha consentido;
- iii) o Titular dos dados opõe-se ao tratamento de dados ao abrigo de certas regras da lei de proteção de dados aplicáveis;
- iv) o tratamento ocorre para fins de marketing direto; e
- v) os Dados Pessoais foram tratados ilicitamente.

No entanto, existem algumas exclusões ao direito a eliminar, nomeadamente (i) quando o tratamento e retenção desses dados for necessário para o exercício dos direitos do Banco; (ii) para cumprir as obrigações legais; ou (iii) para estabelecer, exercer e defender ações judiciais.

(d) **direito a limitar o tratamento;**

Em certas circunstâncias, o Titular dos dados tem o direito de restringir o tratamento dos seus Dados Pessoais. Essas circunstâncias são:

- (a) o Titular dos dados contesta a precisão dos Dados Pessoais;
- (b) o tratamento é ilegítimo, mas o Titular dos dados opõe-se a que os Dados sejam eliminados;
- (c) o Banco já não precisa de efetuar o tratamento dos Dados Pessoais, mas o Titular dos dados solicita que os Dados Pessoais lhe sejam disponibilizados a fim de poder estabelecer, exercer e defender-se em ações judiciais; e

(d) o Titular dos dados opôs-se ao tratamento dos seus dados, estando pendente a verificação da sua objeção. Quando o tratamento se encontre limitado por este motivo, o Banco pode continuar a armazenar os Dados Pessoais do Titular dos dados. No entanto, o Banco só poderá proceder ao seu tratamento caso tenha obtido o consentimento do Titular dos dados a fim de poder estabelecer, exercer e defender ações judiciais; para a proteção dos direitos de outra pessoa singular ou jurídica; ou por motivos de interesse público.

(e) **direito a opor-se ao tratamento;**

O Titular dos dados tem direito a opor-se ao tratamento dos Dados Pessoais com base em situações particulares, exceto nos casos em que o tratamento de dados por parte do Banco seja necessário, tais como:

- (a) efetuar uma tarefa de interesse público;
- (b) exercer qualquer autoridade oficial conferida ao Banco;
- (c) prosseguir interesses legítimos do Banco ou de terceiros.

Se o Titular dos dados tiver alguma objeção, o Banco deixará de efetuar o tratamento dos Dados Pessoais, a menos que demonstre motivos legítimos e irrefutáveis para o tratamento de dados que se sobreponham aos interesses, direitos e liberdades do Titular dos dados, ou que o tratamento seja levado a cabo no contexto de ações judiciais.

O Titular dos dados tem direito a opor-se ao tratamento de Dados Pessoais quando este ocorre para fins de marketing direto (incluindo a elaboração de perfis para marketing direto). Se o Titular dos dados contestar, o Banco deixará de tratar os Dados Pessoais do Titular dos dados para esse propósito.

O Titular dos dados tem direito a opor-se ao tratamento dos seus Dados Pessoais para investigação científica ou histórica ou por motivos estatísticos com base na sua situação particular, salvo se o tratamento for necessário para efetuar uma tarefa de interesse público.

(f) **direito à portabilidade de dados;**

Dado que o consentimento é a base legal para efetuar o tratamento dos Dados Pessoais, e que o tratamento de Dados é necessário para efetuar um contrato no qual o Titular dos dados seja uma das partes envolvidas, ou para iniciar a celebração de um contrato a pedido do Titular dos dados, e que o tratamento é efetuado por vias automáticas, o Titular dos dados tem o direito de receber os seus Dados Pessoais num formato estruturado, habitualmente utilizado e legível por máquina. No entanto, este direito não se aplica em situações que afetariam negativamente os direitos e liberdades de terceiros.

(g) **direito a apresentar uma reclamação junto da entidade de supervisão; e**

(h) **direito a retirar o seu consentimento.**

Uma vez que o consentimento é a base legal para efetuar o tratamento da informação pessoal de Titulares dos dados, estes têm o direito de retirar o seu consentimento a qualquer altura. A retirada

do consentimento não afetará a legalidade do tratamento efetuado antes do consentimento ter sido retirado.

12. Cookies

Uma *cookie* é um pequeno ficheiro que fica guardado no seu dispositivo quando utiliza um website (incluindo os sites do Banco). Nas *cookies* ficam registadas informações sobre o dispositivo, *browser* e, nalguns casos, preferências e hábitos de navegação do utilizador. O Banco pode tratar os Dados Pessoais dos Titulares dos dados através das *cookies*.